

ATAS

ATA NUMERO DOIS DE DOIS MIL E DEZANOVE

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no edifício Sede da Junta de Freguesia de São Pedro d`Arcos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia de São Pedro d`Arcos, com a presença de Maria de Fátima Matos Lourenço Gonçalves Mateus (Presidente), Henrique Luís Carvalho Amorim (1º secretário), Maria de Fátima Velho da Cunha Ferreira (2º secretária), os vogais, Maria Augusta de Araújo Lourenço, Alexandra Sofia Domingues Rodrigues, Nuno Filipe Matos Lourenço Gonçalves e Maria Teresa Lopes Carneiro Florêncio e pela Junta de Freguesia, o Presidente, Custódio do Nascimento Rodrigues Fernandes, a Secretária Anabela Martins Domingues e a Tesoureira, Maria Graziela Palma Rocha Velho, com a seguinte Ordem de trabalhos, constante da Convocatória emitida em três de abril de dois mil e dezanove:-----

Ponto 1 – Período de antes da ordem do dia.

a) Informações da mesa e assuntos de interesse da freguesia.

Ponto 2 – Período da ordem do dia.

a) Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

b) Apreciação e votação da ata da sessão extraordinária;

c) Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2018;

d) Discussão e votação da “Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2019”;

e) Apreciação da atividade da Junta de Freguesia, da situação financeira e inventário de bens;

f) Conhecimento e eventual discussão do relatório de avaliação do grau de observância do estatuto de direito de oposição em 2018.

Ponto 3 – Período da Intervenção do Público.

Iniciando a reunião a presidente da assembleia saudou os presentes e entrando no **ponto um – Período de antes da ordem do dia - a) Informações da mesa e assuntos de interesse da freguesia**, dada a palavra aos presentes o Presidente da Junta de Freguesia, começou por informar que ao fim de cinco anos de insistência, finalmente foram colocadas na A27, as placas com a indicação correta da freguesia “São Pedro d´Arcos”; também fruto de alguma insistência estão agora a abrir e a limpar a estrada florestal para Santa Justa, cortando as austrálias e depois melhorando o piso; amanhã teremos aqui na freguesia um grupo de Escuteiros, que se ofereceram para fazer uma recolha de resíduos, no âmbito de uma atividade

ligada ao ambiente que eles programaram; quanto ao Processo Judicial de Terrafeita, quando a Sra. Sandra Felke vier, iremos conversar, pois certo é que a Freguesia terá que devolver-lhe o dinheiro da venda e chegar a uma solução para aquele espaço; disse ainda que já havia pontos de luz no Cemitério para apoio a qualquer tipo de obra a realizar; seguidamente a Vogal Augusta Lourenço, pediu a palavra para sugerir que a proposta que fez na ultima Assembleia, em que a Junta de Freguesia ofereceria um ramo de flores a cada Sampedrense que faleça, que seja mesmo votada e aprovada nesta Assembleia, para que seja cumprida pelo Executivo; questionou depois o Executivo, se é verdade que a Junta vai cortar o sobreiro localizado na Rua do Fojo, por trás da Junta de Freguesia; e questionou ainda o Executivo, sobre se os transportes dos alunos de São Pedro d'Arcos e de Fontão, para a escola de Lanheses, vai deixar de ser subsidiado pela Camara Municipal, como até agora? Ela teve conhecimento desse assunto pelo Facebook e que circulou um "Abaixo assinado" em protesto dessa intenção, que ela também assinou. Sabe ainda que decorreu hoje uma reunião na Camara Municipal, em que o vereador Paulo Sousa, fez uma proposta, em que se delibere em 2019/2020, deixar de subsidiar esses transportes. A Junta de Freguesia, foi informada, qual a sua opinião? Foram ouvidos e consultados os pais, nesta decisão? E porque meios?; o Presidente da Junta, começou por dizer que relativamente ao ramo a oferecer aos Sampedrenses falecidos, seja aprovado ou não em Assembleia, ele estará disposto e disponível a cumprir essa pretensão; sobre o corte do referido sobreiro, achou interessante, que agora apareçam nesta freguesia tantos "defensores da natureza"! Quando ele fez o pedido ao ICNF, pediu-lhes uma solução para o problema e eles responderam com autorização para no espaço de um ano o cortar. Se alguém tiver outra solução melhor para resolver, sem ser cortar, que o diga. Certo é que, ele está a estragar o pavimento, a causar danos aos carros que por cima das raízes tem que passar podendo causar acidentes, para os quais depois a Junta pode ser responsabilizada; sobre os transportes escolares para a escola de Lanheses, tem ouvido as "noticias" pelos mesmos meios de informação. Não foi ouvido nem achado, nesta situação, quem tem que gerir e decidir é a Camara. Se a Camara cancelar o apoio do transporte e os pais, quiserem continuar a colocar os filhos na escola de Lanheses, tudo bem, terão que assumir eles esse transporte. Associação de Pais, falou-lhe nesse abaixo-assinado, e disse-lhes que não teria problema em assiná-lo, mas mais do que isso não poderia fazer, pois seria sempre uma decisão da Camara Municipal. A secretária do Executivo, Anabela Domingues, completaria esta informação dizendo que sabia, porque esteve presente, que houve reuniões de pais na escola de Lanheses sobre este assunto e dos de São Pedro d'Arcos estiveram presentes três a quatro pais de alunos. Não

ATAS

demonstram qualquer interesse apesar de ser uma situação que pode vir a prejudicá-los futuramente;-----

Entrando no **ponto dois – Período da ordem do dia: a) Apreciação e votação da ata da sessão anterior**; a ata foi lida, não tendo sofrido qualquer alteração foi votada e **APROVADA, com cinco votos a favor e dois votos contra.** -----

No ponto dois alínea b), “Apreciação e votação da ata da sessão extraordinária”; a ata foi lida, não tendo sofrido qualquer alteração foi votada e **APROVADA, com cinco votos a favor e dois votos contra**; a Vogal Augusta Lourenço, pediu para intervir chamando atenção que a transcrição na ata da declaração de voto que apresentaram, apresenta alguns erros, nomeadamente, falta de assentos gráficos, disponibilizando-se para enviarem o documento em Word para que seja mais fácil e se evitem esses erros;-----

No ponto dois alínea c), “Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2018”; na apreciação do documento o Executivo ficou disponível para esclarecer todas as dúvidas e questões que os elementos da Assembleia pudessem ter; a Vogal Alexandra Rodrigues, começou por questionar, ao nível das receitas, quais as razões das reduções das rubricas, a) “Baldios”, b) “IEFP”, c) “Cemitérios” e d) “Diversas”. Foi esclarecida pelo Executivo que essas reduções diz respeito, respetivamente: a), a venda de madeira, foi menor; b), os apoios que se recebe para salários dos cantoneiros, costuma ser recebido em dezembro e desta vez foi em fevereiro deste ano e ainda como o Sr. João não foi até ao fim, o apoio foi menor; c), foi previsto a venda de duas sepulturas e um jazigo, mas que não se veio a concretizar; e o d), diz respeito a um donativo que foi recebido para apoio ao alargamento de um caminho; também ao nível das despesas, questionou sobre as reduções nas rubricas, e) “Conservação de bens”, f) “ Estudos, pareceres, projetos e consultadoria”, g) “Assistência técnica” e sobre o aumento na rubrica, h) “Outros serviços”; Foi esclarecida pelo Executivo que essas reduções dizem respeito, respetivamente: e), tem a ver com a utilização da carrinha e do motocultivador, que tem sido menos utilizadas; f), tem a ver com despesas com advogados; g), fizeram-se novos contratos com empresa de assistência; e que o aumento da despesa na rubrica h), engloba as despesas das senhas das mesas de votos, da ginástica, da manutenção dos jardins e a subida ao monte de Sta Tecla, no passeio dos idosos; também sobre as despesas a Vogal Augusta Lourenço, questionou sobre reduções nas rubricas; a) “Encargos das Instalações”, b) “Outros” e c) “Equipamentos administrativo”; Foi esclarecida pelo Executivo que essas reduções dizem respeito, respetivamente: a), tem a ver com a Luz e

água que sem grandes explicações tem tido muitas oscilações; b), construção e arranjos do parque do jardim; e c), foi a colocação dos estores na sede da ADA; submetido depois o documento à votação, tendo sido **APROVADO** por **unanimidade**;-----

No ponto dois alínea d), “Discussão e votação da - Primeira revisão ao orçamento e opções do Plano 2019”; o Presidente da Junta começou por explicar a importância e a obrigatoriedade desta ação para o plano dois mil e dezanove, não tendo qualquer pedido de esclarecimento, o documento foi submetido à votação, tendo sido **APROVADO** por **unanimidade**.-----

No ponto dois alínea e), “Apreciação das atividades da Junta de Freguesia, da situação financeira e inventário de bens”; o Presidente da Junta começou por explicar que o documento é do conhecimento de todos e ele resume aquelas atividades que consideram mais relevantes onde eles estiveram a representar a freguesia; que relativamente à lista de bens apresentada é a que receberam e os bens que realmente constam na matriz em nome da Freguesia, tendo apenas sido retirado o artigo de Terrafeita que foi considerado Baldio, em Processo Judicial, pois os outros artigos, sendo ou não considerados baldios, não sabe como nem quando é que se poderão alterar ou retirar desta listagem; a Vogal Augusta Lourenço, questionou o Presidente da Junta, precisamente sobre essa listagem, pois, uma vez que um terreno foi considerado baldio, provavelmente os outros também serão e, hoje estamos cá nós, se as coisas não forem resolvidas haverão mais processos, mais custas e tudo isso sai muito caro ao orçamento da Junta; questionou depois se o bar da comissão de festas não deveria estar nesta relação?; o Presidente da Junta, em resposta, disse que também ele, em seis anos de mandato que já tem há frente do Executivo, o que mais lhe custa é o dinheiro que tem gasto em honorários de advogados; sobre a listagem apresentada, admite que possa faltar algum bem e outros haverá que já não existem, assim como deveria haver uma listagem das Ruas, mas temos Ruas que também são Estradas Municipais, como é o caso de Rua de São Pedro d`Arcos e Rua do Cruzeiro, situações que tem de ser esclarecidas.-----

No ponto dois alínea f), “Conhecimento e eventual discussão do relatório de avaliação do grau de observância do estatuto de direito de oposição em 2018”; a Presidente da Assembleia perguntou aos presentes se alguém queria fazer alguma intervenção ou colocar alguma questão sobre este ponto e o documento agora apresentado, não tendo ninguém feito qualquer intervenção. -----

Nos termos dos números três e quatro do artigo cinquenta e sete da Lei n.º75/2013, de doze de Setembro foi deliberado aprovar a ata desta reunião em minuta para surtir efeitos imediatos. **Esta deliberação foi tomada por unanimidade.** -----

